

**AUTARQUIAS LOCAIS E BOA GOVERNANÇA EM MOÇAMBIQUE:
PERCEPÇÕES DOS MUNICÍPES NA CIDADE DA BEIRA NO PERÍODO DE 2003 A
2016**

***AUTORIDADES LOCALES Y BUENA GOBERNANZA EN MOZAMBIQUE:
PERCEPCIONES DE LOS CIUDADANOS EN LA CIUDAD DE BEIRA EN EL
PERÍODO DE 2003 A 2016***

***LOCAL AUTHORITIES AND GOOD GOVERNANCE IN MOZAMBIQUE:
PERCEPTIONS OF MUNICIPAL RESIDENTS IN THE CITY OF BEIRA FROM 2003
TO 2016***



Manuel Ossifo Abuchama MOPIUA¹
e-mail: mopiua@gmail.com

Como referenciar este artigo:

MOPIUA, M. O. A. Autarquias locais e boa governança em Moçambique: Percepções dos munícipes na cidade da Beira no período de 2003 a 2016. **Rev. Sem Aspás**, Araraquara, v. 12, n. 00, e023011, 2023. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v12i00.15481>



| **Submetido em:** 09/09/2021
| **Revisões requeridas em:** 11/09/2023
| **Aprovado em:** 16/10/2023
| **Publicado em:** 24/11/2023

Editor: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande (ISCTAC), Beira – Moçambique. Docente.

RESUMO: Ao longo dos anos, são diversas as questões que se levantam quanto à real importância das autarquias relativamente ao desenvolvimento local, e à forma como o desempenham. As autarquias locais são pessoas coletivas públicas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a satisfação dos interesses próprios das populações respetivas. A investigação incide, em particular, no Município da Beira. Especialmente no que concerne à capacidade de tomada de decisões articuladas com as condições locais, visa-se a ilustração das funções e competências que assume e desenvolve, bem como o papel de prestadora de serviços, no que diz respeito às acessibilidades, razão pela que o presente estudo tem como objetivo principal analisar a Importância das Autarquias locais para a promoção de uma boa Governança, Em conclusão, o papel da Autarquia consiste em aprimorar as infraestruturas urbanas fundamentais, abrangendo estradas, sistemas de drenagem e esgoto, bem como (b) aprimorar a qualidade e abrangência dos serviços urbanos essenciais, tais como a coleta de resíduos, saneamento e fornecimento de água.

PALAVRAS-CHAVE: Autarquias. Autarquias locais. Governança.

RESUMEN: *A lo largo de los años, han surgido varias preguntas sobre la importancia real de las autoridades locales en relación con el desarrollo local, y la forma en que lo llevan a cabo. Las autoridades locales son personas jurídicas públicas territoriales con órganos representativos que tienen como objetivo satisfacer los intereses de sus respectivas poblaciones. La investigación se centra, en particular, en el municipio de Beira. Especialmente en lo que respecta a la capacidad de tomar decisiones en relación con las condiciones locales, se pretende ilustrar las funciones y habilidades que asume y desarrolla, así como el papel del prestador de servicios, en materia de accesibilidad, por lo que el principal objetivo de Este estudio tiene como objetivo analizar la importancia de las autoridades locales en la promoción de la buena gobernanza. En conclusión, el papel del Municipio es mejorar las infraestructuras urbanas clave, incluidas las carreteras, los sistemas de drenaje y alcantarillado y (b) mejorar la calidad y cobertura de los servicios urbanos básicos, incluida la recogida de basuras, el saneamiento y el suministro de agua.*

PALABRAS CLAVE: *Autoridades locales. Autoridades locales. Gobernaça.*

ABSTRACT: *Over the years, several questions have arisen regarding the real importance of local authorities concerning local development and the way they carry it out. Local authorities are territorial public legal entities with representative bodies that aim to satisfy the interests of their respective populations. The investigation focuses on the Municipality of Beira. Especially about the ability to make decisions in conjunction with local conditions, the aim is to illustrate the functions and skills that it assumes and develops, as well as the role of the service provider, in accessibility, which is why the main objective of this study is to analyze the Importance of Local Authorities in promoting good Governance. In conclusion, the role of the Municipality is to improve key urban infrastructures, including roads, drainage, and sewage systems and (b) improve the quality and coverage of basic urban services, including garbage collection, sanitation, and water supply.*

KEYWORDS: *Local authorities. Local authorities. Governance.*

Introdução

A municipalização é um verdadeiro desafio que Moçambique está a enfrentar. É verdadeiramente uma nova cultura democrática – a Democracia Local – baseada, entre outros, na participação dos cidadãos nas decisões da gestão dos assuntos locais (CISTAC, 2009). Por outras palavras, é um processo eminentemente cultural cuja dinâmica e cujas fases dependem, em primeiro lugar, das capacidades locais em decidir o que se quer, onde se quer, como se quer e quando se quer (SILVA, 2012).

Neste contexto, a Governação Local é definida como a “formulação e a execução de uma ação coletiva a nível local, englobando papéis diretos e indiretos de instituições formais de governo local e central, assim como as funções de normas informais, redes e organizações comunitárias e associações de bairro na prossecução da ação coletiva, definindo o quadro de interação entre os cidadãos e este com o Estado na tomada de decisão e na prestação de serviços públicos” (SHAH, p. 1-2, 2006)

A Governação é um instrumento para conceber um sistema mais efetivo de autoridade e regulação no quadro da economia global, o que aventa ser a precondição para a sobrevivência da democracia nos Países em vias de Desenvolvimento (PvDs). Ela concebe governação como a reinterpretação da agenda neoliberal para as instituições internacionais apoiarem o investimento público-privado nos PvDs (FERNANDES, 2014). Assim, convém interrogar-se se as Autarquias Locais têm capacidade para decidir o que, onde, como, quando, para quem e por que se quer.

Este artigo debruça-se sobre *Autarquias Locais e Boa Governança em Moçambique: Perceções dos Municípios na Cidade da Beira – 2003 – 2016*, com objetivo de analisar a importância das Autarquias Locais na promoção da boa Governança; identificar as medidas de reformas de descentralização que têm contribuído a nível municipal para a promoção da boa Governança; descrever o contexto (político e administrativo) do surgimento das autarquias locais; conhecer a importância das Autarquias locais no desenvolvimento de uma governança participativa e transparente.

Metodologicamente, trata-se de um estudo quali-quantitativo e é utilizado o método monográfico, por meio da técnica da entrevista (técnicos da autarquia da cidade da Beira), inquérito que foi administrado aos municípios. Os participantes no presente estudo foram devidamente informados sobre os seus objetivos e procedimentos, antes de concordarem em participar. O anonimato e confidencialidade das suas respostas foi assegurado. O consentimento

informado foi obtido de forma voluntária e documentada adequadamente (i.e., assinatura do documento de consentimento informação no caso da recolha de dados de forma presencial).

A importância deste estudo fundamenta-se no contributo teórico-científico para a compreensão da governança na perspectiva da gestão autárquica diante dos desafios globais que se apresentam. A escolha do período de 2003 a 2016 justifica-se, primordialmente, pelo fato de ter sido caracterizado por uma administração que suscitou opiniões divergentes entre os munícipes acerca da efetivação da boa governança.

Justificativa do tema

A presente pesquisa será favorável academicamente, pois contribuirá para que novos trabalhos sejam elaborados com o tema proposto, favorecendo o crescimento e o desenvolvimento da área em questão, pois dessa forma poderá ser visada uma perspectiva nova de trabalho.

Para a organização em estudo, a pesquisa será favorável, pois busca analisar se seus funcionários se sentem motivados em seu ambiente de trabalho, favorecendo nas atividades realizadas e tornando um ambiente mais saudável e produtivo, buscando sempre a satisfação interna de seus funcionários junto dos utentes.

Portanto, a relevância e a importância deste estudo residem na proposta de agregar mais um contributo teórico-científico ao tema da boa governança e da prestação de contas, ampliando e aprofundando o debate e o conhecimento sobre esse assunto.

Problematização

A população de Sofala, sobretudo na cidade da Beira, à semelhança de outras Províncias e cidades, debate-se com elevados problemas sociais a nível local, sendo de destacar as altas taxas de incidência da pobreza, insegurança alimentar, analfabetismo, prevalência de HIV-Sida, malária, tuberculose, dificuldades na distribuição e acesso à água potável, vias de comunicação, unidades sanitárias, fraca produtividade econômica, altos índices de corrupção e criminalidade diversa. O que, entretanto, leva-nos a desencadear este estudo de forma a lançar propostas de melhorias nos aspetos acima referidos.

A descentralização democrática pressupõe não somente a deslocação parcial, temporária ou definitiva da autoridade do centro do poder para os níveis “mais baixos”, como também

prevê a prestação de serviços descentralizados e, conseqüentemente, a prestação de contas (*accountability* política e de gestão).

É compreensível que seja esta a razão pela qual Moçambique elegeu a descentralização administrativa como um dos princípios fundamentais da Administração Estatal, prevista no capítulo IV “Órgãos Locais do Estado” da CR, 2004. Por isso, questiona-se: Que importância tem o Conselho Municipal da Beira perante esta realidade de modo a garantir uma boa prestação de contas e a qualidade da governação municipal e consolidação da democracia?

Objetivo geral

- Analisar a Importância das Autarquias locais para a promoção de uma boa governação.

Objetivos específicos

- Identificar as reformas de descentralização a nível municipal, para a promoção da boa governação, caso do Conselho Municipal da Beira;
- Descrever o contexto (político e administrativo) do Conselho Municipal da Beira;
- Explicar a importância das Autarquias Locais no desenvolvimento de uma governação participativa e transparente, caso do Conselho Municipal da Beira;
- Propor as reformas de descentralização a nível municipal, para a promoção da boa governação, caso do Conselho Municipal da Beira.

Hipótese da pesquisa

- A cultura de prestação de serviços descentralizados e, conseqüentemente, a prestação de contas (*accountability* política e de gestão) contribuí para uma governação participativa e transparente.
- A criação de espaços para o diálogo permanente e construtivo entre os poderes instituídos e a comunidade são alicerces para uma boa governação.
- A garantia e promoção de canais e mecanismos para uma boa comunicação interna de modo que as informações sejam bem passadas de modo que a liderança se faça presente no ambiente de trabalho, contemplando-os no ambiente de boa governação no Conselho Municipal da Beira.

Delimitação do estudo

Do ponto de vista espaço-temporal, a pesquisa será levada a cabo na Província de Sofala, particularmente na cidade da Beira. O estudo compreenderá aos mandatos do atual edil (presidente), ora falecido, que vai de 2003 a 2016, cujo principal enfoque será olhar para o seu papel na promoção da boa governação.

Limitações do estudo

O estudo destaca como limitações a escassez de pesquisas centradas na realidade moçambicana. Por um lado, as restrições estão associadas à análise de um período cuja memória institucional pode ser considerada perdida. Isso se deve ao fato de que o edil, em seu primeiro mandato, concorreu como candidato da Renamo, da qual se dissociou cinco anos mais tarde ao ser preterido em favor de Manuel Perreira. Esse evento o motivou a lançar uma candidatura independente.

Outro fator relevante foi a constatação de que a maioria dos participantes do estudo correu o risco de lapsos de memória. Isso ocorreu devido ao fato de que o presidente em avaliação ainda está exercendo suas funções, o que pode influenciar sua capacidade de avaliar de maneira imparcial, dado que a experiência está em andamento. Além disso, uma das limitações identificadas refere-se à escassez de dados, materiais de pesquisa e ao atendimento insuficiente por parte do Conselho Municipal.

Resultados

Os resultados a serem apurados evidenciarão que as Câmaras Municipais, apesar da sua aparente vontade de serem agentes ativos no apoio ao desenvolvimento econômico e à internacionalização de empresas, provavelmente parecem ter ainda reunidas condições necessárias para disponibilizarem esse serviço com a eficiência desejável. Como em qualquer outra pesquisa, o presente estudo não está isento de limitações e de fraquezas e suscitará questões adicionais, aquelas que se pretendem responder.

Finalmente, a última das fraquezas que se pode apontar é o fato de algumas empresas, mesmo tendo participado em atividades realizadas pelas autarquias locais, não se recordarem ou não terem registo dessa ocorrência, devido à mudança de gestão. No que se refere à pesquisa futura, e considerando que o objetivo deste trabalho se concentrou em empresas que

participaram de atividades organizadas por Câmaras Municipais, um caminho interessante e desafiador para investigação futura seria analisar de que maneira as empresas portuguesas, de forma mais abrangente, percebem o potencial apoio das autarquias locais em suas atividades econômicas e no processo de internacionalização.

População Alvo

Segundo Carvalho (2014) “denomina-se população a totalidade dos indivíduos ou objetos do fenómeno em que estamos interessados. Os elementos que compõem a população devem apresentar pelo menos uma característica comum”. Ainda Carvalho (2014) “quando a população é demasiadamente numerosa ou não se deseja tratar de todos os seus elementos, extrai-se uma amostra de seus elementos para fazer a análise”. O presente estudo contou com uma população de 25 pessoas, nos quais 12 são funcionários do CMB e 13 são pessoas da Sociedade Civil, totalizando 100% da população.

Contextualização do local de estudo: Conselho Municipal – Beira

A cidade da Beira, capital da província de Sofala, tem o estatuto de cidade desde 20 de Agosto de 1907 e, do ponto de vista administrativo, é um município com um governo local eleito. Sendo a segunda maior cidade de Moçambique, conta com uma população de 431.583 habitantes, distribuídos por 94.804 agregados familiares.

A cidade de Beira foi originalmente desenvolvida pela Companhia de Moçambique no século XIX e depois diretamente pelo governo colonial português entre 1942 e 1975, ano em que Moçambique obteve a sua independência. Atualmente, a cidade encontra-se modernizada, embora ainda mantenha algumas áreas degradadas e problemáticas, como é o caso do Grande Hotel Beira.

A povoação foi fundada pelos portugueses em 1887, numa área conhecida pelo nome de Aruângua, tendo suplantado Sofala como principal porto no território da atual província de Sofala. Originalmente chamada Chiveve, o nome de um rio local, foi rebatizada para homenagear o Príncipe da Beira, Dom Luís Filipe.

O Conselho Municipal como Empresa Estatal foi criada de acordo com a Lei das Autarquias Lei 8/62, no ano de 1907. O seu objetivo era o estabelecimento e a exploração do serviço público de Produção, Transporte, Distribuição de Talhões, dentre outras atividades.

Uma das suas primeiras tarefas foi a de agregar todos os centros de produção num corpo único, de modo a melhorar a satisfação das necessidades para o desenvolvimento da agricultura, indústria, serviços e consumo doméstico, nas condições difíceis da época.

A organização herdou um patrimônio constituído por equipamento das mais variadas origens, modelos e tipos, em estado precário, e salvo raras exceções, sem aprovisionamento de peças sobressalentes necessárias e adequadas. Ao mesmo tempo, a competência e capacidade profissional eram limitadas e os poucos técnicos qualificados existentes começaram a abandonar a Empresa.

Análise e discussão

No Município da Beira, estão implementados diversos mecanismos de participação comunitária nos processos decisórios da governança municipal. Entre esses mecanismos, destacam-se os Encontros de Consulta Comunitária, nos quais o Conselho Municipal, representado pelo Presidente do Conselho Municipal e pelos Vereadores, conduz consultas junto aos munícipes sobre temas considerados relevantes. Essas consultas visam integrar a comunidade nos processos de planeamento e orçamentação anual.

O processo acima referido utiliza as estruturas a nível dos bairros para ouvir a opinião e as necessidades dos munícipes e, considerando a disponibilidade e limitação dos recursos, para traçar as ações mais prioritárias para o exercício seguinte. Estes encontros de consulta não têm uma periodicidade determinada.

No Conselho Consultivo do PERPU, a atribuição dos fundos do PERPU é mediante deliberação em Conselho Consultivo criado para o efeito, no qual representantes dos Bairros Municipais fazem parte, da Sociedade Civil e do Conselho Municipal, sendo antecedida de uma consulta às comunidades municipais.

Contudo, ainda existe uma maioria de pessoas que não tem conhecimento do procedimento que deve ser utilizado para aceder ao PERPU, e ainda há muitas organizações da sociedade civil que não se encontram informadas sobre ele. Neste momento, a Sociedade civil só ocupa 2 das 5 vagas existentes da sociedade civil no Conselho Consultivo do PERPU, que são a Liga dos Direitos Humanos e o FOPROSA.

Destaca-se uma boa prática no município no que diz respeito à gestão dos fundos e sua transparência no âmbito da implementação do PERPU. O Conselho Municipal celebrou um

acordo com o Banco Terra que, logo que os fundos do PERPU entram na conta do Conselho Municipal, são canalizados para uma conta designada do Banco Terra numa base trimestral.

Centros de Desenvolvimento Comunitário (CDCs): São centros localizados ao nível dos postos administrativos que acolhem os escritórios de diferentes organizações da sociedade civil que operam ao nível municipal. Os CDCs foram financiados pela ONG francesa ESSOR e atualmente são geridos pelo Conselho Municipal.

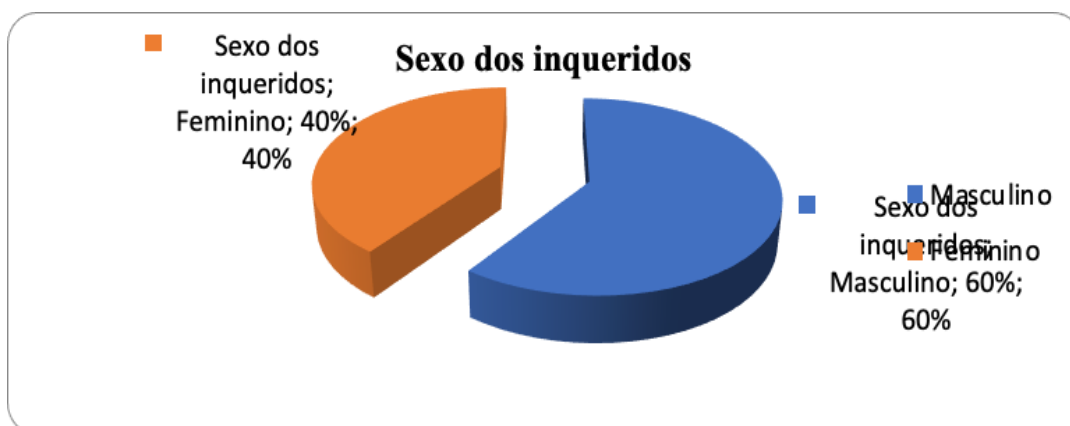
Secretaria-geral: Esta secretaria é o espaço designado para que os munícipes possam apresentar queixas e reclamações, sendo liderada pelo vereador das Relações Institucionais. No que diz respeito à Assembleia Municipal de Beira, são disponibilizados os seguintes mecanismos de participação no processo decisório desta instituição: Plenárias da Assembleia Municipal, nas quais as sessões são abertas ao público, embora haja restrições de espaço. Apesar da oportunidade oferecida pela Assembleia Municipal para a participação da sociedade civil, esta ainda se encontra limitada. Outro mecanismo é a realização de visitas de monitoria e fiscalização, conduzidas pelas Comissões de Trabalho no decorrer de suas atividades de fiscalização. Essas visitas têm como objetivo verificar o nível de implementação de programas e projetos definidos pelo executivo municipal, bem como ouvir os munícipes sobre os principais problemas enfrentados.

Em conclusão, verifica-se que, no Município da Beira, há poucos espaços de interação entre cidadãos e instituições municipais e estas interações não são regulares e, em muitos casos, são informais, com um carácter informativo e consultivo. As práticas participativas de Marromeu não são institucionalizadas como tal, por isso elas carecem de sustentabilidade e também são instáveis e vulneráveis à alternância dos partidos políticos.

No que diz respeito à relação entre organizações da sociedade civil e o governo municipal, também se verificou uma interação informal e não regular. Por exemplo, existem algumas parcerias entre organizações da sociedade civil locais com o governo municipal para implementar ações de desenvolvimento local, tais como gestão de resíduos e saneamento, assim como a realização de campanhas de educação cívica.

Assim, pode-se dizer que as práticas de participação comunitária nos processos de tomada de decisão ainda estão muito longe de ser práticas institucionalizadas de planificação e orçamentação participativa, cuja análise pode ser observada nos gráficos a seguir:

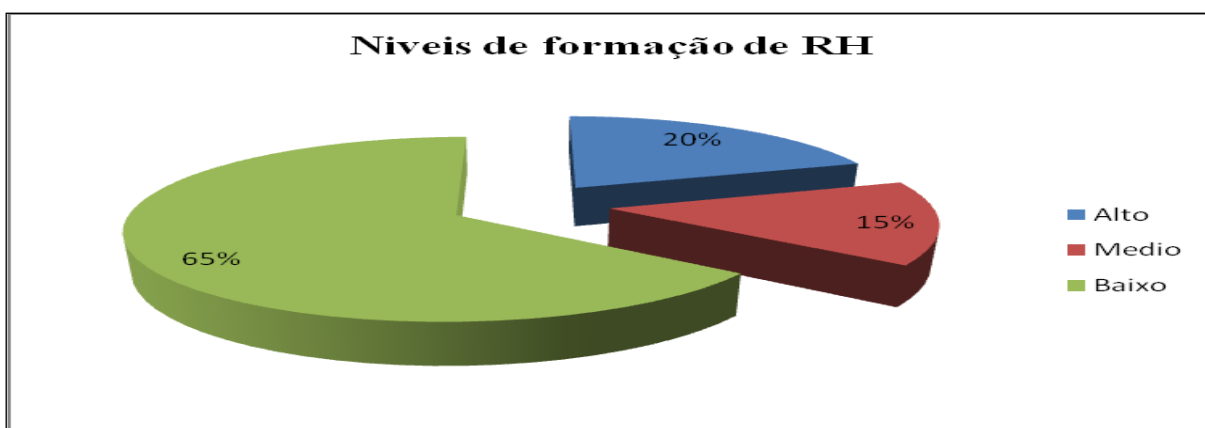
Gráfico 1 - Sexo dos inquiridos



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico apresentado revela que a maioria dos entrevistados é do sexo masculino, com aproximadamente 60% do total, representando 14 pessoas, enquanto 40% dos entrevistados são do sexo feminino, totalizando 11 pessoas. Vale ressaltar que a escolha dos entrevistados foi realizada por meio de amostragem aleatória simples, garantindo que cada indivíduo tivesse a mesma chance ou probabilidade de ser selecionado. A localidade escolhida para o estudo foi o Conselho Municipal da Beira, onde foram entrevistados funcionários, técnicos de recursos humanos e membros da sociedade em geral, buscando compreender a situação atual do Conselho Municipal da Beira.

Gráfico 2 - Níveis de formação de RH no CMB

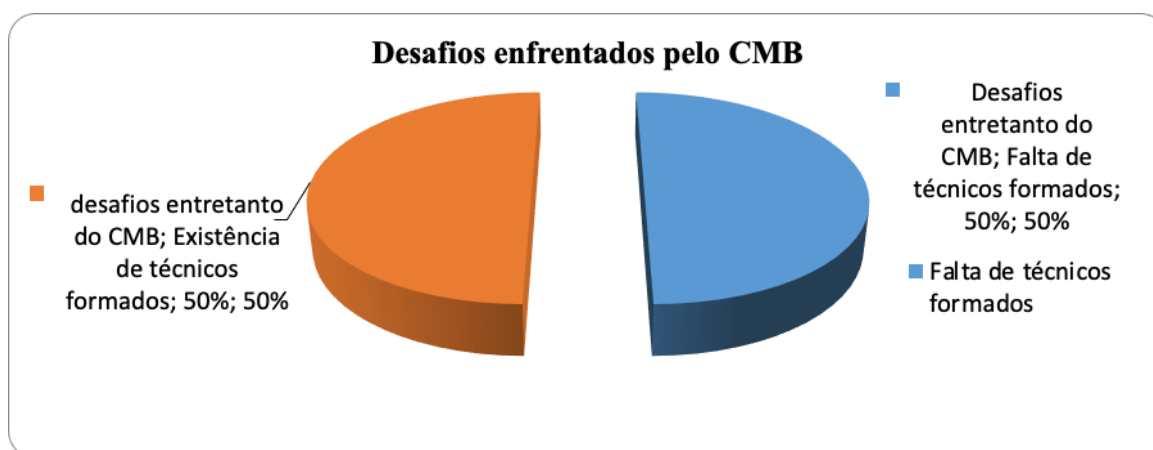


Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com os inquiridos, a maior parte (65%) afirmou que os níveis de recursos humanos especializados são extremamente baixos, resultando também em níveis baixos de eficácia na realização das suas funções. Existe uma necessidade imediata de fornecer assistência

técnica e capacitação em áreas de (a) orçamentação e controle financeiro, (b) sistemas de auditoria interna, (c) procedimentos de angariação, (d) planejamento físico, (e) engenharia civil e (f) mecanismos de coleta de rendimentos, entre outros. Algumas das necessidades de formação para o pessoal do CMB atual estão começando a ser satisfeitas pelo Instituto de Formação Administração Pública (IFAP) na Beira através dos seus programas de formação no trabalho, mas a sua capacidade é atualmente limitada.

Gráfico 3 – Desafios enfrentados pelo CMB



Fonte: Elaborado pelo autor

Dos técnicos inquiridos, 50% afirmaram existir muitos técnicos formados e que estão a desenvolver as atividades no Município da Beira, enquanto outra metade (50%) afirmou que um dos grandes desafios enfrentados pelos municípios estudados está relacionado com a falta de técnicos formados e qualificados.

Ao se buscar uma organização eficiente, é imperativo não apenas dispor de recursos financeiros, mas também contar com recursos humanos devidamente capacitados, capazes de enfrentar de maneira eficaz os desafios impostos, como é o caso específico dos municípios. Este déficit de formação não se refere exclusivamente à qualificação acadêmica, mas também à compreensão insuficiente do contexto institucional, evidenciada pela falta de domínio da legislação autárquica. Ressalta-se ainda a carência de profissionais qualificados e capacitados na área de arrecadação de receitas.

De acordo com a observação feita durante o estudo, os trabalhadores e funcionários do CMB possuem uma baixa formação acadêmica e profissional, possuindo, na sua maioria, o nível básico de escolaridade.

Na mesma vertente, para contornar esta situação, foram recrutados técnicos com qualificação média e superior, o que de certa forma contribui para a melhoria da qualidade do trabalho prestado pelo Município, embora o fator insuficiência financeira seja um fator condicionante no processo.

Outro fator relacionado ainda com os recursos humanos das autarquias. “Prevalecem igualmente os problemas relacionados com funcionários em idade de reforma que prevalecem nos seus postos de trabalho” (...), e a solução deste problema passa pela disponibilidade financeira para apoio das ações de desvinculação destes funcionários, sobre os quais recai o abaixamento dos níveis de desempenho do Município.

Gráfico 4 – Níveis de transparência e prestação de contas



Fonte: Elaborado pelo autor

A qualidade da Governança é medida por diversos indicadores, dentre eles, a transparência e prestação de contas das instituições políticas. Em Moçambique, os níveis de transparência e prestação de contas ainda estão muito abaixo dos níveis considerados aceitáveis. Este cenário não só é vivido ao nível do governo central, como também ao nível municipal, como confirmam os dados do CMB.

No que tange ao acesso à informação oficial sobre as atividades municipais de Beira, 95% dos cidadãos entrevistados revelaram que nunca tiveram acesso ao plano de atividades do Conselho Municipal.

Se, por um lado, 95% dos cidadãos entrevistados não têm acesso aos planos de atividades municipais, não é surpresa que apenas 5% destes tenham tido acesso a alguma outra fonte de informação sobre o trabalho municipal, contra 95% de cidadãos que afirmou não ter tido acesso. No meio deste cenário, as mulheres são as que menos têm tido acesso à informação.

Do universo dos inquiridos, apenas 4% das mulheres afirmaram já ter entrado em contato com alguma fonte de informação referente às atividades do município, comparativamente com 6% dos homens que têm tido mais acesso. Entretanto, apesar das enormes dificuldades de acesso à informação municipal, do grupo de indivíduos que têm mantido contato com o Conselho Municipal, 33% dos inquiridos acha que a informação municipal é muito fácil de encontrar.

Entretanto, os cidadãos que conseguem acessar os documentos municipais frequentemente enfrentam um segundo obstáculo: a dificuldade na interpretação das informações. Este desafio torna-se evidente ao examinar as respostas daqueles que participaram da questão correspondente no questionário.

Assumindo, portanto, a premissa de que a Assembleia Municipal é um órgão legalmente incumbido de se manifestar e deliberar, no âmbito de suas competências, sobre temas e questões fundamentais relacionados ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade municipal, à satisfação das necessidades coletivas e à defesa dos interesses das respectivas populações, bem como de acompanhar e fiscalizar as atividades dos órgãos, serviços e empresas municipais.

Os dados do inquérito revelam uma fragilidade na prestação de contas das instituições municipais de Beira, uma baixa capacidade de compreensão dos documentos municipais por parte dos cidadãos, bem como uma limitada diversificação das fontes de informação sobre as atividades municipais. Caso esse cenário persista, os níveis de transparência na gestão municipal podem estar seriamente comprometidos.

Tabela 1 – Problemas e desafios identificados pelos munícipes

Problema	Desafios
Fraco sistema de iluminação pública.	Melhorar o sistema de iluminação pública adquirindo novas lâmpadas de qualidade para expandir a todos os bairros do Município da Beira.
Dificuldade de acesso à água.	Incentivar a criação de programas de Água Conjunta implementados pelo FIPAG em parceria com o CMB, em que o Conselho Municipal subsidiava parte do custo da montagem de água nas casas e a outra parte ficava a cargo do munícipe interessado, devendo o FIPAG montar a água em casa dos interessados; e da montagem de fontenários em zonas de maior aglomerado.
Falta de transporte e frequente encurtamento de rotas.	Criação de fundo e plano de aquisição de transportes e normas para disciplinar.

Preocupação com estradas e acesso.	Necessidade de o Município assegurar a instalação e manutenção de estradas com qualidade suficiente para comportar o intenso tráfego e os veículos que transitam no distrito da Beira.
Fraca capacidade de escoamento das águas das chuvas para o mar e ao deficiente funcionamento das valas de drenagem.	Reabilitação das drenagens.
Erosão e proteção costeira.	Reposição de Mangais e barreiras costeiras.

Fonte: Elaboração do autor

Considerações finais

Com o estudo, constata-se que a trajetória histórica de Moçambique ficou marcada pela vigência provisória de um sistema socialista, com um Estado de economia centralmente planificada a nível da capital do país (Maputo). Sistema que culminou no fracasso por diversos motivos, e foi dentro desta perspetiva que iniciou, na primeira metade da década de 80, um conjunto de reformas político-administrativas, que determinaram uma nova forma de olhar o Estado na sua relação com a sociedade.

O conjunto de reformas introduzidas no contexto da transição apareceu associado à redução da pobreza, estas reformas cristalizaram-se, sobretudo, no processo de descentralização, que se propunha a criar um conjunto de instituições com vista a uma melhor Governança a nível local.

A descentralização propunha-se a dotar o Estado da capacidade política, institucional e técnica à altura de responder às demandas sociais por bens e serviços públicos, por meio da ampliação da expansão do bem-estar das comunidades, assegurando a inclusão dos grupos pobres e vulneráveis no acesso à renda e ao processo do desenvolvimento com base nos padrões de eficácia e eficiência que deficientemente foram providos durante a vigência de um modelo de administração pública de orientação socialista.

Neste período de estudo, o Conselho Municipal da Beira teve como a principal preocupação das autoridades municipais a organização interna e a tentativa de clarificar ambiguidades legais relativas ao seu âmbito e modo de operação.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, J. S. F. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

CISTAC, G. **O Direito Administrativo em Mocambique**. Maputo: HOTEL CARDOSO, 2009.

FERNANDES, A. T. **Para uma Democracia Pluralista e Participativa**. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2014.

SHAH, A. **Local Governance in developing countries**. Washington, DC: World Bank Publications, 2006.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: De forma especial quero agradecer à direção do Instituto Superior de Ciências e Tecnologias Alberto Chipande – Beira, por ter me aceite como estudante no curso de Mestrado em Ciências Políticas, Relações Internacionais e Diplomacia, e principalmente ao meu orientador, o Professor Julio Taimira Chibemo e ao meu Coorientador Joao Izaías Joao Pagara, por terem me acompanhado neste percurso acadêmico.

Financiamento: Não houve financiamento.

Conflitos de interesse: Não houve conflitos de interesse.

Aprovação ética: O trabalho respeitou a ética durante a pesquisa, no entanto, foram tomadas medidas de salvaguarda para garantir a confidencialidade das respostas. O consentimento informado também foi obtido de forma voluntária e documentada adequadamente (i.e., assinatura do documento de consentimento de informação no caso da recolha presencial). Passou por comitê de ética do Instituto Superior de Ciências e Tecnologias Alberto Chipande – Beira.

Disponibilidade de dados e material: Os dados e materiais utilizados no trabalho estão disponíveis para acesso nos arquivos físicos da direção do Instituto Superior de Ciências e Tecnologias Alberto Chipande – Beira.

Contribuições dos autores: O autor principal, Manuel Ossifo Abuchama Mopiua, foi quem desenvolveu a pesquisa (coleta e tratamento de dados), organizou diversas literaturas, e o coautor Armindo Armando, foi quem fez a organização e revisão linguística e textual, apoio na análise dos dados recolhidos.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

